

OS IMPACTOS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DO OPERARIADO: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

João Paulo Rocha Ferrari¹

RESUMO: Este breve trabalho conjunto tem por objetivo adentrar ao contexto histórico do processo de industrialização no Brasil no período de 1900/1920, protagonizando a percepção do operariado, enaltecendo o sindicalismo revolucionário e o anarquismo como um fator central como estratégia de organização em contraponto a ordem social hegemônica estabelecida. Destacamos e identificamos no decorrer da pesquisa particularidades de como foi essa vida operária, o que reivindicavam, como se deu a simbiose organizacional dentro desse movimento. Como método, tivemos o cuidado de dar maior visibilidade aos sujeitos históricos, identificando no singular de suas vivências elementos para fundamentar uma reflexão de como esse contexto histórico é importante para o Serviço Social. Chegamos a algumas conclusões centrais, onde percebemos que direitos que foram conquistados antes mesmo da profissão surgir no Brasil, são mesmos que estão sendo reivindicados na atualidade, porém no contexto de 1910/1920 era de conquista e proposição (ofensiva), uma vez que o operariado (provou) historicamente ser mais combativo nas suas reivindicações, e hoje, a luta é para não perder direitos (defensiva). Fica a reflexão: “Direito não se concede, se conquista”.

Palavras-chave: Industrialização, Trabalho, Sindicalismo Revolucionário, Movimento Operário, Serviço Social.

ABSTRACT: This brief joint work aims to enter the historical context of the industrialization process in Brazil in the period 1900/1920, leading the perception of the working class, praising revolutionary syndicalism and anarchism as a central factor as a strategy of organization as opposed to the established hegemonic social order. We highlighted and identified in the course of the research particularities of what this working life was like, what they claimed, and how the organizational symbiosis occurred within this movement. As a method, we were careful to give greater visibility to historical subjects, identifying in the singular of their experiences elements to support a reflection on how this historical context is important for Social Work. We have reached some central conclusions, where we realize that rights that were conquered even before the profession emerged in Brazil, are the same ones that are being claimed at the present time, but in the 1910/1920 contest was of conquest and proposition (offensive), since the The working class (proven) has historically been more combative in its claims, and today the struggle is not to lose rights (defensive). The reflection is: “Law is not granted, it is conquered”.

Keywords: Industrialization, Work, Revolutionary Unionism, Labor Movement, Social Work.

¹ Estagiário no CRAS na Prefeitura Municipal de Arujá, estudante 8º semestre Serviço Social, pesquisador iniciação científica PIBIC em 2017 - Universidade Guarulhos. Contato 988667983 - joaopauloroch@gmail.com.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO EXPLORADO

Em meados dos séculos XVIII, XIX e XX o Brasil passava por uma efervescência político/econômica/cultural/social com as movimentações dos povos oprimidos como quilombolas, descendentes de indígenas, negros e brancos pobres perante a barbárie das burguesias consolidadas nesse momento histórico promovida por latifundiários, barões, monarcas, escravistas, senhores de engenho, republicanos e todos os exploradores que se beneficiou com a dizimação dos povos originários (genocídio promovido pelas bandeiras), o branqueamento na importação de “escravos brancos” (portugueses, espanhóis, principalmente italianos), escravocratas que sequestraram povos africanos (promotores de carnificina) em prol da exploração da vida humana como se esses povos não fossem pertencentes de alma. É nesse contexto, nas palavras do operário Edgar Rodrigues que ocultado na sombra da história nas pesquisas e estudos sobre a formação do operariado no Brasil, contada por acadêmicos muitas vezes não enaltecem as especificidades, “não possuindo como critério o protagonismo histórico desses sujeitos sociais”. Nasce a partir de sua própria vivência, uma objetiva análise desse momento de efervescência:

A história das lutas sociais no Brasil inicia-se com a colonização portuguesa. Todavia, torna-se mais evidente com a formação dos “Quilombos”. Partindo da época colonial em que a agricultura predominava no país, existindo um artesanato sem expressão, constituída de pequenas oficinas interligadas e produzindo para Senhores de Engenho e para o Governo. Com a maioria de trabalhadores escravos negros, teria forçosamente que nascer desses trabalhadores a luta pela liberdade e por melhorias salariais. Com o desbravamento dos sertões, tornou-se evidente a falta de braços o trabalho e não tardou o grande tráfico de negros na África, (...) aqui chegados, esses africanos sob a condição de escravos, eram vendidos para os grandes fazendeiros que, **graças a audácia do roubo, dominavam vastas áreas de terras.** (RODRIGUES, 1969. p.15).

A elevada concentração de terra, ou a propriedade privada na mão da burguesia branca brasileira², o roubo, o assalto que os “colonos da barbárie” e bandeirantes promoveram aos povos que aqui abrigavam milenarmente, situação

² Termo a ser utilizado para designar quem é o opressor, explorador (donos dos meios de produção, nesse caso a terra, a propriedade privada) que abrange latifundiários, barões, monarcas, escravistas, senhores de engenho, republicanos, toda e qualquer autoridade do poder vigente nesse momento histórico em que não difere muito dos dias atuais.

fértil para sequestrar africanos evidenciou a necessidade de mão de obra gratuita. Não buscavam mão de obra barata, porque estes ainda tinham o privilégio de ter um salário e ser um “trabalhador livre” para exploração. Buscavam, portanto africanos escravizados, uma vez que nesse momento histórico os indígenas haviam sido dizimados todo poder foi concentrado no opressor e assim:

O domínio era total e o desgraçado do camponês – então o trabalhador negro – não tinha para quem apelar, não podia contar senão consigo mesmo, e foi o que fez. Os meios usados para prendê-lo á terra, não podiam durar definitivamente e para derrubar a dinastia no campo, era preciso **organização e apoio mútuo(...)** (RODRIGUES, 1969. p. 16).

Assim surge a insubmissão, o não aceitação das péssimas condições de vida, conjuntura que propiciou a auto-organização, e não há como falar da formação da classe trabalhadora no Brasil³ que tem destaque aos escravos brancos, sem atentar e buscar na luta dos negros as suas diversas formas de resistência,

(...) e o negro se organiza e se reúne secretamente, marcando desde logo seu repúdio ao regime escravagista. Nascem juntas de alforria, associações clandestinas para conseguir comparar a liberdade do trabalhador escravo. Mas, nasce também o movimento secreto dos que não pretendiam comprar a liberdade, mas conquista-la. (RODRIGUES, 1969, p. 16).

Edgar Rodrigues enfatiza que:

Três características se destacam desde logo: o revide ao regime de torturas, a invulgar qualidade para as agrupações clandestinas que era possuído o negro africano e a sua **declaração de guerra ao latifundiário, á propriedade privada e ao poder constituído.** (...) em 1675 o trabalhador rural que era praticamente todo de origem africana e de cor preta, não discutia e nem falava de reforma agrária e suas associações não tinham o nome de “Ligas Camponesas”, mas seu movimento é algo valioso, suas rebeliões e o abandono das grandes fazendas é, sem sombra de dúvida **um tipo de greve**, de insubordinação e de desafio aos poderosos. (RODRIGUES, 1969. p.16).

Evidenciam-se quando (Rodrigues, 1969) faz uma analogia entre as rebeliões e as greves operárias, e encontra semelhanças, pois uma classe explorada lutava e

³ Há uma interessante discussão sobre quando se formou a classe trabalhadora no Brasil, indo para além dos operários fabris, motivo esse que inspirou a partir da história da formação da industrialização na perspectiva do explorado na raiz e cerne que permeia essa questão, o artigo do historiador Antônio de Pádua Bosi intitulado “A formação da classe trabalhadora no Brasil: o caso de Uberabinha/MG (1888 - 1915)”. Trata especificamente a constituição da classe trabalhadora no período de 1888 a 1915 a partir do exame das experiências de trabalho de ex-escravos e de imigrantes, trazendo base sólida ao debate colocando o negro como protagonista também na luta como pertencente à classe trabalhadora.

resistia por sua classe, enfatizando que também eram trabalhadores bem como menciona um “trabalhador rural”. Por mais que não se discutia ou falava de reforma agrária, fica evidente a consciência de classe. Um apontamento importante é que a luta da classe trabalhadora no Brasil não começou nas cidades, e sim veio do campo para se fundir no decorrer do tempo com o movimento operário e se materializar nas cidades.

Mais que um simples ato de associação a insubordinação,

(...) era um movimento de ação direta para uma tomada de terras e o estabelecimento de autênticas comunidades agrícolas, algumas das quais prosperavam em termos de igualdade social (...) A fuga no negro trabalhador passou, desde então, a obedecer a planos previamente estabelecidos e produziu frutos excepcionais que vieram a por a nu a economia feudal, a monarquia portuguesa e desafiar exércitos. (RODRIGUES, 1969, p.17).

Surgem os Quilombos⁴, as associações livres e comunitárias, que prosperavam, segundo (Rodrigues, 1969.p.17) os “Quilombos foram algo mais importante do que simples núcleos residenciais formados pelos fugitivos, foram plantações fabulosas e tudo feito sem dinheiro, sem proteção das autoridades, frutos valiosos dum trabalho livre”. Um ponto marcante **a ideologia dominante**, transcrita e reproduzida também por “historiadores” onde,

Em geral muitos escritores que tem tratado dos Quilombos e da Guerra de Canudos, só vêm banditismo, cangaceirismo nos negros e heroicidade nos brancos exércitos que derrotaram e destruíram as rebeliões camponesas, nas suas comunidades. **Dizer-se que o Quilombo de Palmares foi um covil de desertores, de desordeiros e criminosos assaltantes.**

(...)Claro que os moralistas da coroa não podiam permitir que “uns negros vivessem mostrando como a economia feudal se estribava em processos ultrapassados e como se podia se viver sem Estado e sem Rei, isso era o fim de seus privilégios. (RODRIGUES, 1969. p.18,19).

Outro apontamento que faz imprescindível que nessa conjuntura prevalecesse a economia feudal, terreno fértil para posteriormente criar-se a

⁴ Um dado importante trazido por Edgar Rodrigues, mostra o quanto Palmares prosperou e resistiu num longo período que se aproximava em quase um século de autogestão: Nas palavras do autor: “Ao todo, 18 expedições comandadas por capitães mores, por altas patentes militares e milhares de soldados, muito dos quais, ali perderam e gastaram 92 anos para vencer o Quilombo dos palmares e tomar suas terras, destruir plantações, matar e vender negros que conseguiram aprisionar”. Sendo instigante fazer um estudo desse período aos que se interessam fazer uma leitura da história na perspectiva crítica levando em conta o movimento e conflitos perante os períodos históricos (RODRIGUES, 1969, p. 21).

burguesia industrial uma vez que no Brasil em época de latifúndio e agrário, se tem a acumulação de terras como elemento crucial para consolidação do capitalismo, podendo assim dizer que se vivia em um pré-capitalismo dominado pela burguesia branca brasileira. Consolidou-se assim a formação do operariado impulsionada pela forte industrialização influenciada por uma conjuntura externa que culminou a forçada abolição da escravatura pela necessidade e imposição do capital externo e que ao virar do século viu-se o capitalismo surgir nessas terras também tardiamente.

Estruturação Produtiva na ótica do oprimido

Com o objetivo de elaborar a discussão dos impactos da reestruturação produtiva, nesse momento o foco é a **estruturação pela ótica dos debaixo, a classe trabalhadora** para adentrar um pouco do que foi a conjuntura que emerge a *questão trabalhista que alavancou consequências diretas na questão social*⁵, analisamos o início da consolidação das fábricas – ambiente que proporcionou a organização dos trabalhadores, protagonistas no aspecto histórico, cultural, social e econômico, imprescindível a reflexão em uma perspectiva ontológica de análise desafiadora, comprometida (com o projeto ético político, a classe trabalhadora e a centralidade nos sujeitos que co/participam do processo de conhecimento) como aponta Jussara:

O grande desafio para o pesquisador Assistente Social que se preocupa com a centralidade do sujeito - enquanto condição ontológica e não como estratégia metodológica de pesquisa - **é possibilitar através da pesquisa maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento**, cuja natureza se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade dos mesmos, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social (BOURGUIGNON, 2007, p.51).

Esse é o comprometimento da pesquisa, construir/reconstruindo nosso passado na ótica da classe trabalhadora brasileira, buscamos na totalidade suas contribuições para o conhecimento da realidade, especificamente das consequências *reestruturação produtiva do capital* nas expressões da questão social.

⁵ Considerado a matéria prima da profissão Questão Social será abordado 2º Capítulo em uma aproximação de análise com teóricos como Ricardo Antunes e as suas 10 teses sobre o Trabalho, José Paulo Netto e as 05 notas a respeito da Questão Social, entre outros autores.

Data-se como o começo da Industrialização no Brasil o final do século XIX, início do século XX, o processo embrionário de modernização do país que até então agrícola, dá lugar as fábricas e a mecanização da mão de obra, longe do trabalho artesanal típico e específico do campo de pequenos comércios, devido ao impulso para o desenvolvimento da economia cafeeira nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, momento que alavanca conforme (Segatto, 1987. p. 11),

Aparecem as ferrovias, multiplica-se o número de bancos, desenvolve-se o comércio, introduz **o trabalho livre do migrante**, instalam- indústrias, crescem cidades e **surgem novas categorias e classes sociais**. Progressivamente, as ferrovias substituem os animais de carga, os barcos à vela são substituídos pelo a vapor, é implantado o telegrafo, etc. Tudo isso se torna a circulação de mercadorias mais rápido e barata. Em determinadas regiões, inicia-se um processo de modernização da agricultura.

Ambiente propício para a consolidação da luta de classes, antes colonos versus indígenas e escravos, agora burguesia contra proletariado, principalmente contra **“escravos brancos”⁶**, que são “importados” da Europa que já vivia um Capitalismo estruturado e a classe operária organizada, escravos brancos que não trazem apenas sua força de trabalho para a extração de mais-valia, importam a revolta organizada enaltecido com sua identidade de *classe-para-sí*, a classe trabalhadora.

Em meio a esse processo aos poucos,

Não só abalou profundamente o sistema de trabalho escravo como também foi responsável direto pela sua destruição até o final do século e por sua substituição gradual pelo trabalho livre do imigrante europeu, que passou a entrar cada vez em maior número no país. (...) esses imigrantes eram em sua maioria italianos, portugueses, espanhóis e alemães. Apesar de, no início serem instalados nas fazendas de café, com o tempo foram também morar e trabalhar nas cidades, dedicando-se ao comércio, artesanato ou atividades industriais. Fundaram várias indústrias de tecidos, bebidas, chapéu, calçados e outras. (SEGATTO, 1987. p.12).

Não só escravos brancos se consolidaram no país, primordial atentarmos a imigrantes como aponta Segatto, 91987. p.11,13), “Matarazzo, Ramenzoni, Scarpa, Giovani, Bricola e Jafef” fundadores de indústrias, evidencia que não só operários

⁶ **A:** Termo utilizado para abranger os espanhóis, portugueses e italianos que vieram “fazer a américa” onde enganados por promessas de terra e trabalho se viram em condições de extrema pauperização, questão social essa que já vivenciavam na Europa, importando também a consciência de classe tendo como ideologia hegemônica o anarquismo.

desembarcaram nesse período histórico, sendo um certo “tipo de globalização” – já que se trata da mundialização do capital. Para entender a proporção do número da movimentação de imigrantes da Europa para o Brasil podemos ter uma boa referência no quadro abaixo:

Período	Número de imigrantes
1851 – 1860	121.000
1861 – 1870	97.000
1871 – 1880	219.000
1881 – 1890	530.000
1891 – 1900	1.129.000
1901 – 1910	671.000
1911 – 1920	717.000
1921 – 1930	840.000

SEGATTO, José Antônio. A formação da classe operária no Brasil. Pág. 12. 1987.

Estima-se que em 1901 conforme (Segatto, 1987) que em 1901, 90% dos operários das fábricas de São Paulo eram europeus, principalmente italianos. Se comparado a população do Brasil que compreende nesse contexto histórico:

142

População presente, por sexo - 1872-1920⁷

Anos	Total	Homens	Mulheres
1872	9.930.478	5.123.869	4.806.609
1890	14.333.915	7.237.932	7.095.983
1900	17.438.434	8.900.526	8.537.908
1920	30.635.605	15.443.818	15.191.787

"Anuário Estatístico do Brasil"/IBGE-Rio de Janeiro, volume 56, 1996

O número de imigrantes compreende a aproximadamente “10%” da população brasileira e considerando que grande parte fixados nas áreas de recente urbanização (de estruturação produtiva) levando em conta que em relação a geografia um país agrícola – a maior parte da população habitando o campo, é bem significativo a composição do operariado em suma maioria formada de imigrantes europeus. Contudo, (Segatto, 1987) enfatiza que “a classe operária era

⁷ IBGE, Instituto Brasileiro de Informações Geografia e Estatística. Dados Histórico dos Censos. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm. Acesso: 09 de abril de 2019.

numericamente pequena em relação a sociedade brasileira naquele momento, quando a maioria dos trabalhadores vivia sob relações de trabalho não capitalistas”, restringindo a produção aos bens de consumo não duráveis.

Impulsionado pela economia proveniente da pecuária e do café a estruturação produtiva foi se intensificando na medida que se modernizava o país, a burguesia nacional, com destaque a *República do Café com Leite* característico de Minas Gerais e São Paulo, com lucros advindo a extração da mais valia e exploração do trabalho, direcionavam os ganhos:

A maior parte desses estabelecimentos industriais foi criada ou financiada com capital de firmas importadas estrangeiras e, principalmente com o capital proveniente do café. “Foi o capital cafeeiro que promoveu essa primeira expansão industrial, tanto de forma direta ou indireta. Fazendeiros e comerciantes de importação investiam seus lucros diretamente em indústrias ou indiretamente quando seus ganhos transitavam pelo sistema bancário ou por qualquer forma de intermediação financeira do capital [...] (SEGATTO, 1983. p.13).

A relação entre capital cafeeiro e a expansão do capital industrial cada vez mais se intensifica, porém,

Apesar do papel preponderante do capital cafeeiro exercer nesse período, proporcionando financiamento a indústria nascente, não se pode deduzir que as relações entre o capital cafeeiro e a expansão do capital industrial se dessem em um só sentido ou numa só direção. Foi um período auge na acumulação cafeeira, quando os lucros estavam muito acima das possibilidades de inversão no setor, em que o capital cafeeiro desloca-se para a indústria. E é nos períodos de auge do café que a **capacidade produtiva das indústrias cresce**, dada a possibilidade de importação de máquinas e equipamentos necessários. (...) em certos períodos de baixa do café, apesar da redução da capacidade de importar, a produção industrial crescia através da absorção de capacidade ociosa. (SEGATTO, 1983. p.13).

Com o aumento da capacidade produtiva, crescia em proporção equivalente a necessidade de mão de obra, assim como as cidades como São Paulo, o “urbano” começa a ganhar espaço em meio às fábricas e a pauperização, crescimento que vem em benefício “dos de cima”, a burguesia local nacional – que além de ser possuidora da propriedade privada (terras, casas, fazendas) e os meios de produção (máquinas – tecnologias da época em geral) agora eram “donos” da cidade em formação. Recordando que os barões paulistas têm estreita ligação com os bandeirantes que “tomaram” as terras, e desde então a conjuntura e os fatores

materiais (assim como subjetivos) favorecem a uma classe – a dominante. Nesse contexto emergem também grandes operários e operárias, inclusive intelectuais brasileiros/as como Maria Lacerda Moura, mulher emblemática que em meio a

(...)“nova urbanidade”, em razão da nova arquitetura ou dos serviços criados para apoiá-la, mas, principalmente dos novos sujeitos que habitavam. Esses ocupavam as ruas em número até então observado, **visto que a população crescia ao longo das primeiras décadas do século e ressignificam a noção de cidade e de seus espaços de trabalho, cultura lazer e convivência.** Nessa “nova cidade” **as divisões sociais se evidenciam.** Bairros das regiões industriais, de oficinas e pequenas fábricas eram habitados por operários e trabalhadores de serviços (...) **Tais bairros eram terrenos férteis para a circulação de ideias,** para novos ambientes de convivência, trocas, formação de espaços de cultura e lazer que se multiplicam por toda a cidade (MENDES, 2018. p.9, grifo nosso).

Urge desse embrionário campo de forças “Movimentos de Contestação as condições de vida e trabalho, permeados e até pautados por ideias anarquistas” (Mendes, 2018) que até então hegemônico entre a classe trabalhadora, culminando no surgimento dos primeiros sindicatos, *sindicatos revolucionários* (anarcosindicalismo). O Brasil tem contato forte com o Comunismo após a Revolução Russa em 1918, desde o início da migração no século XIX até meados dos anos 20 do século XX. Não é à toa que o primeiro *Partido Comunista no Brasil o PCB – foi fundado por militantes anarquistas* influenciados pela classe trabalhadora que “tomou de assalto” o poder em prol da sua fragmentação em detrimento do poder popular.

144

“Cabeças pensantes” do movimento operário, intelectuais orgânicos?

Pode-se considerar intelectual orgânico todo ser humano/ser social (cidadão/ã comum, homem, mulher) que pensa com a verdade (concretude da realidade) não se conformando com a realidade aparente, questionador e contestador/a que propõe chegar à raiz do problema para “fazer” a crítica, todo aquele que não aceita o que é dado, imposto e tem a capacidade de fundamentar um **não**, é um intelectual – pensador com base na razão. O que muitos filósofos tratam como práxis – ação refletida – que também é horizonte de análise de muitos marxistas – na aproximação

com o termo *intelectual orgânico*, no anarquismo⁸ não é diferente o questionamento a tudo e a todos (principalmente no que tange a poder e autoridade). Nessa perspectiva, para conceituar intelectual orgânico, busca-se em Gramsci grande intelectual (orgânico), para fundamentar nosso eixo de análise – conectando com a contribuição do operariado.

Para Gramsci “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 2000a, p.18), vem de encontro ao objetivo central de intencionar a dar **função social** aos escritos dos operários/as brasileiros/as que produziram uma infinidade de conhecimento, por que:

O conceito gramsciano de intelectual advém da análise concreta da gênese e do desenvolvimento da dinâmica de funcionamento da formação econômica e social italiana no contexto europeu, suas contradições, seus limites e suas possibilidades. E é justamente por isso que ele pode servir como parâmetro epistemológico aos que pretendem compreender a função dos intelectuais na hodierna realidade brasileira (MARTINS, 2011. p.135).

Nessa perspectiva de análise concreta que advém o termo (Martins, 2011, p.133) identifica que “Gramsci contribuiu no processo de elaboração de um conceito intelectual e o fez por meio de uma perspectiva classista, o que lhe possibilitou identificar a seara do trabalho intelectual também como um espaço em que se desenvolve a **disputa pela hegemonia**”.

O termo *hegemonia*⁹, ou a noção do termo também é elaborado por Gramsci, que além de dar reconhecimento que toda e qualquer pessoa é em potencial um intelectual orgânico. Nem todas as pessoas reconhecem ou “tem consciência” desse

⁸ O anarquismo é uma ideologia socialista e revolucionária, cuja as bases de definem a partir de uma crítica a todas as formas de dominação, defendendo uma transformação social que permita a substituição de um sistema de coerção por um sistema de autogestão social protagonizado diretamente pelas próprias pessoas. Enquanto outras vertentes do socialismo priorizam a luta contra a dominação econômica, o anarquismo enfatiza que a luta pela transformação radical da sociedade deve acontecer, ao mesmo tempo e com igual vigor, em todas as esferas de dominação: econômica, política cultural. Isso fez com que historicamente o anarquismo desenvolvesse uma vasta tradição na luta contra a dominação de classe, gênero, raça e imperialista. Esse é o ponto principal que distingue o anarquismo do socialismo, e que torna o anarquismo mais radical do que qualquer outra vertente do socialismo. (VASCONCELOS, 2018, p.17)

⁹ Gramsci elabora sua noção de hegemonia, sendo considerado o teórico marxista que mais insistiu nessa questão e que deu uma grande contribuição ao marxismo (Gruppi, 1978; Macciocchi, 1976). A noção de **hegemonia** foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. (ALVES, 2010, p:71).

poder de pensar com a verdade – assim atribuir uma função social, uma intenção, então Gramsci sabiamente identifica o caráter de classe – a quem o intelectual orgânico vai servir/contribuir com seu conhecimento da sua realidade, voltando todos os esforços para a emancipação da classe trabalhadora: “Diferentemente dos intelectuais orgânicos à burguesia, os intelectuais orgânicos ao proletariado deveriam organizar as classes subalternas¹⁰ para o processo de luta pela libertação das condições de exploradas economicamente e dirigidas ético politicamente” (MARTINS, 2011. p.139).

Edgard Rodrigues – pioneiro nos estudos do movimento operário (12/03/1921 - 14/05/2009)

“Pesquisador de história social, escritor e historiador autodidata, nascido no norte de Portugal em 1921, naturalizado brasileiro. Filho de um militante anarco-sindicalista português do Sindicato da Construção Civil filiado à CGT11, participou da luta contra a ditadura salazarista, tendo-se exilado no Brasil em 1951” (SILVA, 2006, p.1).

146

1– Embora desconhecida do grande público a sua obra de pesquisa social e sobre a história do movimento operário é uma fonte inestimável para qualquer historiador. Como começou essa sua atividade de pesquisador autodidata?

Ainda adolescente ouvi falar em anarco-sindicalismo e anarquismo em casa de meus pais, em Portugal. No começo da ditadura escutava as reuniões clandestinas que se realizavam em nossa casa, começando, então, a entender as ideias que meu pai e seus companheiros debatiam. Logo me iniciei na leitura de manifestos, jornais e documentos históricos. Pouco depois juntei uns tostões e comprei meus primeiros livros: A Velhice do Padre Eterno do poeta Guerra Junqueiro e Conquista do Pão de Pedro Kropotkin. Quando não conseguia comprar esses livros, copiava-os à mão, coisa que hoje deve ser motivo de espanto para aqueles que embora tenham dinheiro, não sabem o que é ler um livro. (SILVA, 2006, p. 9 - 10)

¹⁰ Termo que ganhou destaque segundo LIGUORI, VOZA (2009, p.827, tradução do autor, apud SILVA, 2016, p. 9), “No tocante a categoria “classes subalternas” para Gramsci, como afirma Joseph A. Buttigieg no Dicionário Gramsciano, é inútil tentar formular uma definição precisa de “subalterno” o de “grupo subalterno-classe social subalterna”, pois segundo o autor, tal termo não constitui uma homogeneidade.

¹¹Confédération Générale du Travail (CGT), ou Confederação Geral do Trabalho francesa é uma Federação que organizava Sindicatos que tinham como intenção propagar o anarquismo usando como instrumento o Sindicato, fundado em 1895, agremiou e influenciou o modo em que a massa da classe trabalhadora se organizou na Europa e mundo a fora, assim como os Sindicatos Revolucionários no Brasil, que deliberavam suas pautas, assuntos e propostas semelhantes a da CGT, conforme os documentos e registros da época.

Percebemos a importância da leitura e sua interpretação crítica voltada para realidade concreta na qual estava inserido, mostrando como os jornais, manifestos, e documentos históricos trazem elementos da “dimensão pedagógica” do rico conteúdo que Edgar Rodrigues teve acesso e que também produziu - o alcance educativo que contribuiu para a emancipação intelectual da classe que pertence, a trabalhadora. Dando margem para ampliação do debate, podemos perguntar qual seu método de análise ou qual critério científico adotado? Quando indagado, Edgar Rodrigues responde a um segundo questionamento:

2 – Alguns autores acadêmicos costumam criticar argumentando com a falta de método e de rigor científico; como você avalia essas críticas?

Para mim escrever livros foi uma consequência da pesquisa e coleta de informações. A minha formação é autodidata, os métodos de pesquisa, se assim os posso chamar, são os que fui experimentando e melhorando ao longo desse meu trabalho. Minha principal preocupação tem sido não deixar perder documentos que ia descobrindo e divulgar uma história que vinha sendo ocultada e deturpada do movimento social no Brasil. Nunca tive a pretensão de entrar na academia ou me tornar famoso. (SILVA, 2006, p.11, grifo nosso.)

Fica explícito que Edgar Rodrigues não possuía certa preocupação com a teoria acadêmica para seus escritos, optando por valorizar as narrativas advindas dos próprios trabalhadores. Percebe-se que sua intenção **não** era a utilização de uma metodologia, cometer o erro de encaixar uma teoria em sua realidade, pelo contrário, fica evidente sua preocupação com a particularidade histórica, “métodos de pesquisa, se assim os posso chamar são os que fui experimentando e melhorando ao longo desse meu trabalho”, tendo por objetivo, (...) “não deixar perder documentos que ia descobrindo e divulgar uma história que vinha sendo ocultada e deturpada do movimento social no Brasil” (SILVA, 2006, p.11).

3 – Como vê o papel dos intelectuais e da universidade numa sociedade como a Brasileira?

A universidade deveria dar uma formação integral e humanista aos estudantes e trabalhar para encontrar soluções ajudando a resolver os problemas da sociedade que a sustenta. O que acontece é o contrário: as academias pouco fazem para dar essa formação ou socializar o saber, perdidas num conhecimento cada vez mais especializado, hermético, que pode até ser profundo, mas com aquela profundidade das brocas que não pegam a luz do sol. (SILVA, 2006, p.11 - 12).

Edgard Leuenroth, mentor intelectual da greve de 1917 segundo as autoridades (03/10/1881 – 28/09/1968)

Por volta de 1965 Edgar Leuenroth¹² realizou um Palestra no Centro de Cultura Social (CCS), transcrita pelos por seus membros (Coletivo Editorial), sobre o Movimento Operário brasileiro de 1897 até a greve geral de 1917, inicia nas seguintes palavras

Devo falar sobre a organização operária, não tenho um esquema na qual minha palestra deva ser escravizada, mas como um roteiro para mim mesmo [provavelmente escrito na lousa]. Não vou certamente, dar uma conferência, nem mesmo uma palestra formalizada, é uma conversa informal (...) *alguém pode arguir do por que irmos ao passado quando o momento exige todas as atenções para estudar a situação dos trabalhadores no Brasil?*

Mas é justamente por isso que devemos ir ao passado, por que para formular um juízo da situação atual da atividade sindical é preciso que se conheça o que se fez no passado. (LEUENROTH, 2016, p. 17 e 18, grifo nosso).

Introduz a reflexão em uma dimensão histórica, demonstrando que as determinações contidas em sua fala partiam de bases concretas da sua vivência no movimento operário, recorrendo ao passo para dar suporte e concretude em sua palestra, que, sabidamente tinha um cunho político, trata o momento como uma conversa informal, simplificando seu discurso fazendo a seguinte pergunta: “Como surgiu, como se iniciou a atitude sindical no Brasil?”

“Não foi certamente resultado de uma iniciativa toda canalizada por conceitos inovadores, não foi também um esquema programático para determinados fins, surgiu das entranhas da própria vida e vivência dos trabalhadores” (LEUENROTH, 2016, p. 19 e 20), continua devolvendo sua linha de interpretação, “Os operários [...] verificaram que era preciso agir e então constataram que sua ação individual é sempre útil e proveitosa, porém mais produtiva seria se juntassem seus esforços e conseguissem a cooperação de seus amigos de trabalho”, demonstra que uma das saídas seria pela via coletiva, mesmo reconhecendo que a ação no particular

¹² Participou e trabalhou em diversos jornais na imprensa local no ceio operário com destaque “A voz do trabalhador”, “A plebe”, “A lanterna” e como fundador da FOSP – Fundação Operária de São Paulo, assim como importante para a história do jornalismo no país, foi fundador de diversas entidades vinculadas a imprensa, entre estas o Centro Typographico de São Paulo, a União dos Trabalhadores Gráficos, a Associação Paulista de Imprensa e a Federação Nacional da Imprensa. (FENAI). Visto em Maio, 2019. Disponível em: <http://www.fenai.org.br/historico3edgard.htm> .

(individual) era fundamental, porém as condições materiais de vida – o absoluto pauperismo que estava submetido necessitava de mais.

Edgar reconhece que a ação no âmbito individual não era suficiente por apenas ser uma ação de “solidarismo e beneficência” – trazendo um teor “positivista”, uma vez que particulariza a ação social no ato e não na totalidade.

A certa altura, os trabalhadores, verificaram que as soluções dos problemas que os atormentavam e que procuravam revolver apenas com recurso de solidarismo, *no terreno da beneficência, não eram suficientes, pois eles tinham raízes nas próprias atividades individuais (...)*. **Foi quando começou a surgir no meio operário a organização sindical**, da organização dos trabalhadores em sindicatos de resistência e luta em favor dos interesses profissionais e econômicos do trabalhador (LEUENROTH, 2016, p. 19 e 20, grifo nosso).

Fala, que traz o cerne o momento crucial do despertar da necessidade de organização dos trabalhadores. Também foi acusado pelas autoridades da época como o “mentor intelectual” da famosa greve geral de 1917, uma das maiores e violentas na história do movimento operário e luta por direitos no Brasil, em suas palavras “Em 1917 me responsabilizaram como autor “pseudo-intelectual” da greve, uma coisa absurda e estúpida” (LEUENROTH, 2016, p. 28).

149

Maria Lacerda Moura, uma mulher “degenerada”? (16/05/1887 – 20/03/1945)

Torna-se fundamental mencionar Maria Lacerda Moura, importante para análise das particularidades da questão de gênero – pioneira em muitos assuntos referente à luta das mulheres e sua emancipação em uma sociedade patriarcal, machista e de classes, referência nos estudos sobre feminismo no Brasil, se não precursora no que se refere ao “anarco-feminismo”, afirma Margareth Rago “[...] essa pioneira anarco-feminista escreveu vários livros, ensaios, folhetos e artigos” [...] (RAGO, 2018, p. 6). Teceram fortes críticas a benemerência cristã burguesa bem antes do surgimento da nossa profissão, segundo Vasconcelos (2018, p. 21):

Maria Lacerda se coloca contra a escravidão feminina (que mantinha a mulher como uma eterna tutelada, subjugada, domesticada, a teoria da inferioridade feminina (que afirmava ser a mulher **naturalmente**, menos provida de inteligência que o homem), tecendo fortes críticas a religião e a igreja, ao Estado, ao sistema capitalista e aos vícios do álcool e drogas, que segundo ela, uma forma de controle social, exploração humana e escravidão. **Suas críticas se estendem a caridade e as instituições de assistência aos pobres em sua maioria, na época através de organizações religiosas**), em que denunciava essa prática como sentimento egoísta burguês de autopromoção, também como trampolim

político e forma de exploração do povo, da fome e da violência para o lucro alguns.

Para autora, além de crítica e escritora:

(...) se destaca por reflexões (...). Na contramão do seu tempo, desautorizando verdades científicas que passavam a constituir o imaginário social e cultural, questiona o mito da inferioridade cerebral das mulheres, definidas pelo útero e vistas como “doentes periódicas”, quando não “**degeneradas-natas**”, a professora mineira critica o argumento inventado por Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, em *La donna delinquente: la prostituta e la donna normale* (1895), segundo a qual a prostituta – “degenerada-nata” – nasce com determinada formação óssea, marcada pela testa curta, mandíbula larga, quadril grande, sendo tagarela, irracional, egoísta, extravagante e exagerada. De maneira ácida, essa ativista libertária questiona as interpretações produzidas pelo discurso científico sobre o corpo feminino e revela sua função normatizadora e confinadora das mulheres na esfera privada, isto é, num espaço em que são privadas do acesso à cultura, à educação, aos negócios, à experiência sexual e à própria vida. (RAGO, 2018, p. 7).

Eis que Maria Lacerda em contraponto ao médico Lambroso lança sua obra “A mulher é uma degenerada” em 1924, na obra defendia que a maternidade deveria ser livre e consciente, junto com Emma Goldman discutia e propagava uso de métodos contraceptivos para as mulheres (MENDES, 2018), defendia a educação como meio intelectual da emancipação da mulher, junto com Tecla Fabri, Teresa Lopes, em um artigo publicado em a Terra Livre, em 1906,

(...) propunham uma educação libertária que questionasse as condições da mulher na sociedade burguesa. A crítica de muitas delas, vinha acompanhada do questionamento as condições de trabalho das operárias. A diminuição da jornada de trabalho nas fábricas ou oficinas, o fim do trabalho noturno e melhores salários (...) (MENDES, 2018, p.12).

Engajou-se em lutas antifascistas, sendo considerada por muitos estudiosos a *primeira antifascista das Américas* conforme afirma Samantha Colhado Mendes (2018). “Maria Lacerda defendia o *amor livre e plural*, como a plena realização de amar para as mulheres e homens. Ela era vegetariana e foi uma das primeiras pessoas a escreverem textos contra a vivisseccão no Brasil” (VASCONCELOS, 2018, p.19).

Domingos Passos¹³

Para o recorte de raça, trazemos Domingos Passos que além de operário era negro, importante militante sendo comparado a Bakunin (anarquista russo e uma das maiores referências no meio *libertário*¹⁴ - que conseguiu fugir de um gulag na Sibéria). Ambos passaram por prisões e perseguições protagonizando fugas consideradas “quase” impossíveis, pela tal semelhança “Não foi à toa que Domingos Passos ganhou de seus contemporâneos a alcunha de “Bakunin Brasileiro” (SAMIS, 2004, p.5).

Domingos Passos era natural do Rio de Janeiro, tendo nascido, provavelmente, na última década do século XIX. Sua trajetória militante está em grande parte ligada à sua organização de classe, a União dos Operários em Construção Civil (UOCC), fundada como União Geral da Construção Civil (UGCC) em abril de 1917. Apenas 2 meses após a sua fundação, a UGCC já com mais de 500 filiados, conseguiu mobilizar mais de 20.000 trabalhadores para o sepultamento dos 13 operários mortos no desabamento do New York Hotel, que se transformou em uma grande manifestação contra a ganância patronal.¹⁵

Samis (2004), destaca um pouco da trajetória do militante negro operário, enfatiza,

151

(...) que o fato de Domingos Passos ter passado a ocupar tais cargos na organização em um momento tão difícil, indica que sua trajetória na UOCC vinha, no mínimo, de alguns meses antes, foi indicado, junto com José Teixeira, delegado da UOCC no 3º Congresso Operário Brasileiro (1920), quando foi eleito Secretário Excursionista da Confederação Operária Brasileira (COB). Ao ser escolhido para tal cargo, Passos certamente já se destacava no campo do proletariado organizado por sua inteligência e oratória, cultivada no cotidiano de lutas de sua categoria. Segundo Pedro Catallo, Passos era “dono de uma oratória suave, envolvente e agressiva o mesmo

¹³ Não há registros históricos que comprovem a data de seu nascimento, segundo Samis (2004) aponta que deve ter nascido no Rio de Janeiro entre 1890 há 1900 uma vez que em 1920 foi secretário da Confederação Operária Brasileira (COB).

¹⁴ Os neoliberais se autodenominam também como libertários no sentido “liberal”, segundo Edson Passetti “A procedência da palavra libertária (a) é francesa. Foi inventada por Joseph Déjacque ao situar suas considerações a respeito de certos escritos de Proudhon em correspondência mantida, principalmente, em 1857. (PASSETTI, 2013, p. 33, 34 e 35). Vale ressaltar que libertário remete verdadeiramente aos anarquistas, havendo “cooptação” pelos *liberais* com efeito de intenção de fragmentação das correntes socialistas que são antagônicas ao capitalismo. Ver: “A sociedade contra o Estado – libertário é sinônimo de anarquista”, elaborado por Camila Jourdan (Professora Adjunta da UERJ e Acácio Augusto (Pesquisador Nu-sol). Disponível em: https://faccasoficticia.noblogs.org/files/2019/08/SociedadeContraEstadoAnarquia_cor_Leitura.pdf. Acesso: agosto de 2019.

¹⁵ . Renato Ramos & Alexandre Samis. Domingos Passos: O "Bakunin Brasileiro" - Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FARJ, 2004.

tempo, multiplicava a afluência aos comícios, desejosa de ouvi-lo falar. Depois, raramente chegava ao seu domicílio porque a polícia cercava-o no caminho e levava-o para o xadrez, onde repousava de quinze a trinta dias por vez”(...) **era frequentemente convidado para conferências nas sedes sindicais.** *Também participava ativamente dos festivais operários, atuando nas peças teatrais organizadas pelo Grupo Renovação, declamando e palestrando sobre temas sociais.* Certamente, foram esses festivais alguns dos poucos momentos de lazer que Passos usufruiu em sua vida de rapaz trabalhador e ativista sindical. (SAMIS, 2004, p. 3).

Entretanto, demonstra-se um pouco a árdua batalha de um guerreiro que dedicou sua vida a nos libertar das correntes imposta pelos burguesias em detrimento do capital, fervoroso atuante na ceio da cultura operária como um todo, promovendo palestras, atuando em peças de teatro – instrumentos que conversam muito com a dimensão pedagógica na qual, assistentes sociais estão envolvidos no que tange a trabalhos socioeducativos, essa ferramenta de educação popular além de instrumento de luta na propagação de ideias, promovia o despertar de consciência dos sujeitos políticos protagonistas da sua época.

O protagonismo dos sindicatos revolucionários e a influência do anarcossindicalismo na organização do operariado

152

A questão trabalhista foi diretamente impulsionada pelo movimento operário que conquistaram no âmbito do direito trabalhista, liberdades fundamentais, pautando o Estado a reconhecer o pauperismo – havendo as primeiras regulamentações do trabalho, mediando à luta de classes, nesse contexto, os trabalhadores orientados pelo sindicalismo revolucionário¹⁶ – *“influenciado pelo congresso internacional anarquista em Amsterdã (1907) na clara cisão entre anarccomunistas (Malatesta) e anarcossindicalistas (Monatte).*

Desta forma [...] *destacavam o sindicato como meio e fim da ação libertária e a greve geral como arma decisiva”* (HARDMAN: LEONARDI, 1991, p.262, grifo nosso).

O anarcossindicalismo uma das últimas correntes do anarquismo surgidas na história do movimento operário, é tributário das posições

¹⁶ A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) contribuiu, na América Latina, com a passagem das sociedades de socorros mútuos às sociedades de resistência, dando início ao sindicalismo de intenção revolucionária, em meio ao qual o anarquismo destacou-se como força hegemônica; este tipo de sindicalismo, e mais especificamente o sindicalismo revolucionário, foi, como colocado, a mais relevante estratégia anarquista na região. (CORRÊA, 2017 p. 44).

de Bakunin, um dos dirigentes da Primeira Internacional dos Trabalhadores. Na França essa tendência ficou conhecida como *sindicalismo revolucionário*”.

No Brasil seria esta tendência majoritariamente no Centro-Sul a partir dos meados dos primeiros anos do século XX (HARDMAN: LEONARDI, 1991, p.262 e 263).

Nos primeiros anos na da virada desse século “o anarcossindicalismo despontou como tendência expressiva da parcela mais importante do movimento operário no Brasil. As greves que cresciam em número” (HARDMAN: LEONARDI, 1991, p.263), estendiam-se nesse momento histórico da sociedade brasileira, configurado em uma rica pesquisa que quantificou as greves, comícios, materiais, assembleias entre outros aspectos da vida e movimentação operária contido no seguinte levantamento:

Cento e onze greves operárias foram realizadas no Brasil, entre 1900/10; e 258, no período de 1910/20, de acordo com o levantamento parcial feito por Edgar Rodrigues, que excluí a conjuntura de 1917/18¹⁷. Bóris Fausto, pesquisando somente os anos de 1917/20 e restritos a São Paulo (capital e interior) e Rio de Janeiro (Distrito Federal), levantou a ocorrência de mais de duzentas greves operárias envolvendo, somente nos casos em que dado era disponível, a participação direta de cerca de 300 mil trabalhadores¹⁸. O mesmo Edgar Rodrigues relacionou para o período anterior a 1922, a criação no Brasil, pela classe operária, de 99 uniões operárias, quatro alianças operárias, setenta cooperativas e associações de auxílio e socorro mútuo, 29 grupos anarquistas específicos, 59 ligas operárias, 40 associações e sociedades operárias, treze clubes, círculos e movimentos operários, dezesseis bibliotecas, 21 grupos de teatro social, 26 escolas livres, quarenta sindicatos; além da realização de 110 conferências de cunho social, 42 cursos culturais, sete Congressos Nacionais Operários e doze Estaduais; e a formação de 26 Federações Regionais Operárias e da **Confederação Operária Brasileira**¹⁹ (COB, de âmbito nacional,

¹⁷ RODRIGUES, 1975, p. 371.

¹⁸ FAUSTO, 1976, p. 271 – 73.

¹⁹ O primeiro Congresso ocorreu em Abril de 1906 no Rio de Janeiro, tinha como principal veículo de comunicação o jornal “A voz do trabalhador”, “Só os sindicatos exclusivamente formados por trabalhadores assalariados e que tenham como base principal a resistência, deliberaram da luta contra o militarismo, a greve geral ou parcial, a boicotagem e manifestações conforme o momento e circunstâncias chamam a atenção para a **abolição do trabalho por peça ou empreitada, por que facilita a divisão de classe**. O segundo COB ocorreu em 1913 novamente no Rio de Janeiro, “defende-se o método da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, a organização sindical autônoma e federativa se reafirma como instrumento de combate de classe, **nega-se a necessidade de qualquer partido político**. (...) Ressalta-se também a necessidade de organizar os trabalhadores rurais, a fixação do salário mínimo, jornada de 08 horas, leis contra a expulsão, contra o serviço militar obrigatório, **delibera inclusive que, em caso de guerra externa, o proletariado do Brasil deve declarar-se em greve geral revolucionária**”. Em abril de 1920 realiza-se o terceiro congresso teve um caráter Internacionalista com o repúdio a morte de Rosa Luxemburgo. (HARDMAN: LEONARDI, 1991, p.268-269, 272, 273, 282 -283) apud: (RODRIGUES, 1969, p. 118 e 128)

criada em 1908, sob a égide direta das lideranças anacossindicalistas); este autor ainda levantou, a realização de 33 festivais operários se solidariedade a jornais, escolas e pró-presos e deportados, além das seguintes manifestações públicas: 22 passeatas, 119 comícios e protestos públicos, 27 assembléias e oitenta comemorações (incluindo-se as de Primeiro de Maio)²⁰. Tais levantamentos certamente são incompletos, dado o próprio caráter descontínuo e fragmentado da documentação historiográfica do movimento operário (HARDMAN: LEONARDI, 1991, p.263, grifo nosso).

Por mais que o levantamento seja descontínuo, é importante frisar as dificuldades para agrupar os dados, encontrando somente em fontes físicas em diversas bibliotecas, centros de cultura, universidades, além do que “servem, porém, para registrar a significativa presença classe operária brasileira na Primeira República” (HARDMAN: LEONARDI, 1991, p.264).

Contribuições dos estudos sobre movimento operário para as pesquisas no Serviço Social

O Serviço Social tem construído cada vez estudos e pesquisas no que tange a investigação sobre os movimentos sociais de sua gênese à contemporaneidade. Esta importância que o Serviço Social trata estas pesquisas, em especial, a notoriedade do resgate histórico do movimento operário alinhado a história da profissão aponta para um reconhecimento da dialética do passado e o presente. De acordo com Rosa (2016, p. 34):

Recuperar a história, portanto, não é somente para conhecer o passado, mas, sobretudo, recuperar a memória é recuperar camadas da história do país e da profissão. O pesquisador é movido pelo presente que pede transformações, portanto, ao conhecer a história, o passado e o presente se transformam, pois, o presente leva luz ao passado, que, ao ser conhecido, ressignificado e apropriado pelas gerações seguintes pode trazer muitas contribuições para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros.

Desta forma, podemos trazer elementos em uma abordagem sociohistórica de Edgar Rodrigues da sua condição como sujeito-pesquisador instiga uma pesquisa comprometida com a centralidade dos sujeitos e alinha-se as particularidades da pesquisa do Serviço Social, uma vez que,

(...) o grande desafio para o pesquisador Assistente Social que se preocupa com a centralidade do sujeito - enquanto condição

²⁰ RODRIGUES, 1972, p.446 - 451.

ontológica e não como estratégia metodológica de pesquisa - **é possibilitar através da pesquisa maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento**" (BOURGUIGNON, 2007, p.5),

Por sua vez, a intenção de Edgar Rodrigues **não** era a utilização de uma metodologia como enquadramento da teoria em sua realidade, pelo contrário, fica evidente sua preocupação com a particularidade histórica: "métodos de pesquisa, se assim os posso chamar são os que fui experimentando e melhorando ao longo desse meu trabalho (...) "não deixar perder documentos que ia descobrindo e divulgar uma história que vinha sendo ocultada e deturpada do movimento social no Brasil" (SILVA, 2006, p.11). Algo que nos remete com as particularidades da pesquisa no Serviço Social brasileiro, conforme nos aponta Jussara, "a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela sua inserção histórica na divisão sócio-técnica do trabalho" (BOURGUIGNON, 2007, p. 3).

Sobre esta ótica, da pesquisa constitutiva e constituinte da prática profissional, Rodrigues colabora com seu posicionamento sobre a formação integral com a perspectiva da prática, ou segundo nossa interpretação, deve-se dar a partir da práxis, como imbricamento da unidade teoria/prática que induz os profissionais a pensarem sobre as suas práticas e cada vez mais compreender as relações sociais, os determinantes macroestruturais que a elas estão condicionadas e, assim, evitar os riscos de uma prática alienada provocada pela reprodução do cotidiano.

A universidade deveria dar uma formação integral e humanista aos estudantes e trabalhar para encontrar soluções ajudando a resolver os problemas da sociedade que a sustenta. O que acontece é o contrário: as academias pouco fazem para dar essa formação ou socializar o saber, perdidas num conhecimento cada vez mais especializado, hermético, que pode até ser profundo, mas com aquela profundidade das brocas que não pegam a luz do sol. Falta-lhes a vida e o contato com a realidade. Esta especialização vertical é incapaz de entender e se sensibilizar com a realidade, com os homens de carne e osso. (SILVA, 2006, p.11 - 12).

Uma das diferenças do Serviço Social para outras profissões é a nossa possibilidade de trabalhar no "[...] no miúdo da ação profissional [...]" (YAZBEK, 2001, p. 38), nesta lógica Martinelli nos diz que:

Somos profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões

conseguem chegar tão perto deste limite como nós. E, portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão da realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades – o da profissão e a nossa – em um movimento contínuo. (MATINELLI, 2006, p.10).

A particularidade das pesquisas realizadas pelo Serviço Social encontra-se em consonância com a posição de Edgar Rodrigues que afirma quando questionado sobre o papel dos intelectuais e da universidade numa sociedade como a Brasileira: *“Falta-lhes a vida e o contato com a realidade. Esta especialização vertical é incapaz de entender e se sensibilizar com a realidade, com os homens de carne e osso”*. SILVA, (2006, p.12).

Diante do exposto, finalizamos com o posicionamento que podemos e devemos superar o desafio da socialização do conhecimento produzido na busca da transformação e compreensão da nossa realidade concreta, ampliando para além da filosofia da história tradicional, ciências humanas/sociais de modo geral e também em nosso campo de pesquisa, marcada, por vezes, pelo cientificismo positivista. Em uma luta contra a crise da narrativa, nas investigações com “homens de carne e osso”, na busca de puxarmos “o trem da história” conforme Benjamin nos elucida, uma vez que aparentemente esta caminha para o abismo, que denominamos como a barbárie.

Neste ponto de vista, encontramos no prefácio de Michael Löwy da obra “Capitalismo como Religião”, de Walter Benjamin, os seguintes dizeres:

Para Benjamin, só uma revolução podia interromper a marcha da sociedade burguesa rumo ao abismo, mas ele dava respeito da revolução uma definição nova: “Marx havia dito que as revoluções são as locomotivas da história mundial. Mas talvez as coisas se apresentem de maneira completamente diferente. É possível que as revoluções sejam o ato pela humanidade que viaja neste trem, de puxar os freios da emergência”. (LÖWY, apud BENJAMIN, 2013, p. 19).

É necessário nos alimentarmos de esperança, apropriamos da nossa história e da história dos nossos, munidos de fundamentos e instrumentos para compreender os movimentos do capital no decorrer dos tempos e seus rebatimentos na classe trabalhadora – a que sobrevive do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura, o modo de produção capitalista, a financeirização do capital, sob a hegemonia da ideologia neoliberal que vem causando drásticas mudanças no mundo trabalho desde o permanente reestruturação produtiva iniciada no final nos anos 70 (Antunes: Alves, 2004), tempos que os detentores do capital não estão sequer dispostos a conciliar classes via “alguns consentimentos” pela viabilização dos direitos sociais mediado pelo Estado, apenas intensificam a exploração da mão de obra - elevando a extração de mais valia a níveis extremos, como afirma (Antunes, 2004) a *“finalidade do capital é acumular em todas as esferas”*. Torna-se vital para os/as assistentes sociais pesquisadores/as e o Serviço Social retomar de forma crítica e comprometida aos estudos e análises minuciosas nas formas de organização do movimento operário, a luta que os trabalhadores e trabalhadoras travaram no Brasil e no mundo no decorrer da história na égide da formação dos enfrentamentos protagonizados pelo operariado.

Nesse sentido e intencionalidade que buscamos nos estudos sobre a formação do operariado no Brasil em sua gênese, elementos uma vivência combativa. Analisou-se a importância que a história possui como instrumento condutor da luta de classes, desvelando os conflitos e contradições contidas na realidade da formação da classe trabalhadora no Brasil em meados do Séc. XIX / XX, momento de efervescência política que emergiu no Brasil uma das mais combativas correntes do socialismo - o Anarquismo, estrategicamente organizado em sindicatos revolucionários. Assim, podemos considerar os seguintes elementos extraídos ao longo deste estudo:

- A importância do registro e produção intelectual, como a descoberta de Edgar Rodrigues como um dos pioneiros dos estudos sobre o movimento operário, o quanto isso é uma riqueza e fonte de uma infinidade de pesquisas/estudos.

- Edgard Leuenroth influenciou o “início” do jornalismo no Brasil, contribuindo e fundando imprensa/jornais operários.

- Maria Lacerda Moura contestou o famoso médico Lambroso, desconstruindo a ideia que “toda mulher que não se adaptasse a regra social era considerada uma degenerada”. Constatou-se que também foi pioneira no feminismo, considerada por

Margareth Rago a primeira anarco-feminista no Brasil. Uma mulher frente ao seu tempo que tecia fortes críticas ao assistencialismo - assim como o Serviço Social tem uma posição crítica, já no século passado já se considerava vegana.

- A ênfase em tratar com atenção a questão de raça, trazendo o negro como um trabalhador. Mostramos que Domingos Passos foi um sindicalista, grande orador e atuante no movimento operário, desde as greves as conferências sindicais na COB.

- Estes mártires da história e conquista de direitos trabalhistas, podem ser considerados como intelectuais orgânicos, comprovado através de suas histórias de vida, o teor fundamental da práxis - a teoria fincada na ação prática.

- O quanto é importante enaltecer a particularidade e os cuidados das pesquisas em Serviço Social, como é central buscar o protagonismo e maior visibilidade aos sujeitos dentro do movimento da história, e, na história.

- Resgatar as estratégias de organização do sindicalismo revolucionário, eficaz na luta que materializaram em conquistas, decorrente das pautas que reivindicavam como constatar que tinham como deliberação nas Conferências Operárias aspectos “modernos” e audaciosos para seu tempo. Reivindicaram a necessidade de organizar os trabalhadores rurais, a fixação do salário mínimo, jornada de 08 horas, leis contra a expulsão, contra o serviço militar obrigatório, abolição do trabalho por peça ou empreitada, por que facilita a divisão de classe.

- As conquistas de direitos entre (1910/1920) antes do surgimento do serviço social como profissão (1936), sendo essa categoria uma profissional fundamental na viabilização e acesso a direitos sociais (como o do trabalho)

E por fim é recorrer ao clamor da luta desse passado a faísca para o estopim para incendiar os dias difíceis que virão. Como escreveu Edgar Rodrigues no prefácio do livro que fundamenta boa parte da pesquisa: “Será esta nossa contribuição à grande história do socialismo e das lutas sociais que algum dia escreverá o Brasil”, como preconiza no princípio VIII do código de ética: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. (CFESS, 2012).

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf> . Acesso em abril de 2019. São Paulo, 2010.

BAPTISTA, Myrian Veras. *A investigação em Serviço Social*. Veras. São Paulo, 2012

BOSI, A. P. *A formação da classe trabalhadora no Brasil: o caso de Uberabinha/MG (1888 - 1915)*. Disponível em: www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajeto/article/view/100/77>. Acesso: fevereiro de 2019.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. *A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social*. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Artigo Científico SCIELO. Disponível: www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf . Acesso: março de 2019. Publicado em 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética profissional do assistente social*. Resolução n.273, de 13 de março de 1993. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 30 mar.1993. Brasília, CFESS, 2012.

CORRÊA, Felipe. *O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da associação internacional dos trabalhadores à emergência na América Latina*. Prismas, 2017. Disponível em:<<https://ithanarquista.files.wordpress.com/2018/09/felipe-corr3aaa-o-anarquismo-e-o-sindicalismo-de-intenc3a7c3a3o-revolucion3a1ria-ait-amlat.pdf>>. Acesso: setembro 2019.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. V. 2. 2004.

_____, Antonio. *Cadernos do cárcere, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARDMAN, Foot: LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. Editora Ática. 2ª edição. São Paulo, 1991.

MARTINELLI, Maria Lucia. *Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político profissional*. Revista *Emancipação* (2006), Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69>>. Acesso em: junho 2019.

MARTINS, Marcos Francisco. *Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n3/10.pdf> . Acesso: abril de 2019. São Paulo, 2011.

MACCIOCHI, M. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

MENDES, Samanta Colhado. *Maria Lacerda Moura: transmitir, transformar e transgredir*. In: Moura, Maria Lacerda. *A mulher é uma degenerada*. Tenda de Livros. São Paulo 2018.

MOURA, Maria Lacerda. *Civilização; troncos e escravos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

PASSETTI, Edson. *Natureza, pensamento e política*. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 7, set-dez, pp. 33-59, 2013.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil, 1675 – 1913*. Laemmert. Rio de Janeiro, 1969.

_____, Edgar. *Trabalho e conflito (pesquisa histórica: 1900/1935)*. Rio de Janeiro, Ed. Do Autor, 1975.

_____, Edgar. *Nacionalismo & Cultura Social*. (1913/1922). Rio de Janeiro, Lammert, 1972.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. *História e memória em serviço social: a trajetória*

profissional de Nobuco Kameyama. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2016.

SEGATTO, José Antônio. *A formação da classe operária no Brasil*. Mercado Aberto, revisão 29. Porto Alegre. 1987.

SILVA, Jorge. E. *Edgard Rodrigues – um pesquisador do movimento operário*. Arquivo de história digital (2006). www.ebooksbrasil.org. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/edgarrodrigues.html>. Acesso em: abril de 2019.

SILVA, Salyanna de Souza. *Contribuições acerca do tema classes subalternas em Gramsci*. I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci VII JOREGG – Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES-ACERCA-DO-TEMA-CLASSES-SUBALTERNAS-EM-GRAMSCI.pdf>. Acesso: Abril de 2019. Ceará. 2016.

SEGATTO, José Antônio. *A formação da classe operária no Brasil*. Mercado Aberto, revisão 29. Porto Alegre. 1987.

VASCONCELOS, Juliana Santos Alves. *Maria Lacerda Moura: pioneira do anarcofeminismo no Brasil*. In: Moura, Maria Lacerda. *A mulher é uma degenerada*. Tenda de Livros. São Paulo, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: _____. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: abril 2018.